



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade - 01/04/2016

CÂMARA DE ARACAJU

Polícia investiga vereadores por uso irregular de verbas

A Polícia Civil e o Ministério Público Estadual cumpriram ontem mandados de busca e apreensão na Câmara de Vereadores de Aracaju para recolher documentos sobre locação de veículos e contratação de serviços de escritório de advocacia de 15 parlamentares, com o uso de verbas indenizatórias.

Segundo a delegacia Danielle Garcia, que comandou a Operação Indenizar-se, contratos fictícios eram firmados entre os vereadores e uma empresa de locação de carros e um escritório, que emitiam notas frias. Os veículos das locadoras não chegavam a ser usados. A investigação apura lavagem de dinheiro, sonegação fiscal e peculato. Pelo menos R\$ 7 milhões podem ter sido desviados.

Os vereadores alvos da investigação são Adriano Taxista (ex-PSDB, atualmente sem partido), Agamenon Sobral (PHS), Agnaldo Feitosa (PR), Anderson de Tuca (PRTB), Jailton Santana (ex-PSC, atualmente sem partido), Augusto do Japãozinho (PRTB), Valdir Santos (PTdoB), Ivaldo José (PRTB), Max Prejuízo (PSB), Daniela Fortes (PEN), Dr. Gonzaga (PMDB), Emmanuel Nascimento (PT), Pastor Roberto Morais (SD), Renilson Felix (DEM) e Adelson Barreto Filho (PR).

“Realizamos a primeira fase desta operação. Foram feitos contratos fictícios de locação de veículos. Os carros nunca saíram da posse dos reais proprietários. A locadora de veículos emitia notas frias para os vereadores. É um absurdo que isso ocorra, um escândalo”, afirmou a delegada. Os contratos investigados são de 2013 a 2015. A investigação partiu de um relatório do presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Clóvis Barbosa.

ALCIVAN

Da verba indenizatória de cada vereador, R\$ 7,2 mil mensais eram para o contrato com a assessoria jurídica e R\$ 4,8 mil mensais para o contrato com a Elo Consultoria (onde ocorria a suposta locação de veículos). O escritório do advogado e ex-vereador Alcivan Menezes foi alvo de busca e apreensão. Ele, inclusive, foi conduzido à delegacia, pois a polícia encontrou uma arma e munições, de uso exclusivo da polícia, em sua residência. A locadora de veículos é de propriedade do filho do advogado, Alcivan Menezes Filho.

“Estou bem tranquilo em relação à operação. Não vou falar sobre detalhes, pois ainda estamos analisando tudo, mas estou tranquilo”, afirmou o ex-vereador. Segundo ele, as armas são de coleção e a mais nova teria registro.

A OPERAÇÃO

A operação foi desencadeada conjuntamente entre a Polícia Civil e o Ministério Público Estadual. Os promotores Jarbas Adelino, Bruno Melo e Henrique Cardoso e as delegadas do Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública (Deotap), Danielle Garcia e Nadia Flausino, lideraram as investigações.

CÂMARA

Em nota, o presidente da Câmara, vereador Vinicius Porto (DEM), disse que o parlamento “sempre esteve à disposição dos órgãos fiscalizadores para prestar todos os esclarecimentos, bem como fornecer documentos que foram porventura solicitados”. “O Poder Legislativo Municipal sempre esteve e estará de portas abertas e agindo de forma transparente, colaborando com o trabalho dos órgãos imbuídos em fazer qualquer procedimento investigatório”, complementou.

DEFESA

Alguns vereadores alvos da investigação se pronunciaram em discurso ontem na Câmara. Renilson Felix disse confiar na lisura do parlamento. “A população tem que saber da verdade. Confio na lisura do nosso Parlamento. Mas estamos aqui para prestar quaisquer informações para o MPE, para a polícia e para o povo do Estado. Quero deixar bem claro que a Câmara em momento algum se esquivou de prestar esclarecimentos quanto a essa investigação”, afirmou.

O vereador Agamenon Sobral (PHS) disse “não ser justo” que o Ministério Público, a polícia e Tribunal de Contas acusem os parlamentares de formação de quadrilha. “Hoje começa uma guerra e, pode ter certeza, que vai ter mais fatos, porque eu quero saber por que o posto de gasolina do Sergipe (time de futebol) está prestando serviço ao Tribunal de Contas”, afirmou.

Jailton Santana declarou que respeita as investigações conduzidas pela Polícia Civil e pelo MP. Ele disse que irá colaborar com os investigadores a fim de que os fatos sejam esclarecidos. “Estou tranquilo. Entro na Câmara Municipal com a consciência tranquila e, se o povo desejar, sairei do mesmo modo”, afirmou.